

Feam lança portal sobre mudanças climáticas

A Fundação Estadual de Meio Ambiente (Feam) através da Gerência de Energia e Mudanças Climáticas lançou o portal "Clima Gerais", com informações sobre a adaptação às mudanças climáticas em Minas Gerais. A página foi desenvolvida com o apoio da Agência Francesa de Desenvolvimento (AFD) e tem como missão compartilhar dados, divulgar as boas práticas e direcionar apoio técnico a projetos a serem desenvolvidos pelos municípios, além de dar orientações sobre linhas de financiamento. A nova ferramenta contribui ainda na busca de eficiência e alternativas energéticas, redução de poluição e gestão ambiental. No site é possível realizar buscas específicas por município. Também são oferecidas informações sobre o potencial de energias renováveis, uso de combustíveis fósseis, variações de temperatura e precipitações, entre outros. Haverá ainda produção de conteúdo que visa o incentivo às boas práticas ambientais destinadas à agropecuária, florestas, água, eficiência energética, energia renovável, resíduos e efluentes, transporte e mobilidade, urbanismo, entre outros. O link para acesso está em nossa página: www.abes-mg.org.br

ALMG prepara seminário sobre recursos hídricos

A Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) realizou, no dia 9 de abril, a primeira reunião preparatória de um seminário sobre os recursos hídricos do Estado. O evento, proposto pela Mesa da ALMG, será organizado em parceria com órgãos, entidades e instituições ambientais para discutir as causas e as soluções para a crise hídrica que atinge Minas Gerais. A realização do seminário atende a uma recomendação da Comissão Extraordinária das Águas que funcionou no biênio 2013/2014. Nesse primeiro encontro, presidido pelos deputados Doutor Jean Freire e Paulo Lamac, estiveram presentes representantes do Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam), da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaemg), da ABES-MG, da Associação de Defesa do Ambiente (Amda), entre outros. O seminário, que terá uma etapa regionalizada, está previsto para o segundo semestre de 2015, entre os meses de setembro e outubro, e a programação será montada a partir de intervenções e propostas das entidades parceiras. Na primeira reunião foram propostos alguns temas a serem tratados como: minerodutos, tecnologias de irrigação, barragens, falta de acesso à água e legislação ambiental. A próxima reunião está agendada para o dia 16 de abril, às 14 horas, na ALMG.



Sistema Paraopeba acumula 39,3%, no mesmo mês do ano passado reservava 68,7%.

Igam decreta situação de escassez na RMBH

O Instituto Mineiro de Gestão das Águas (Igam) decretou o estado de escassez hídrica e restrição de consumo nos mananciais que abastecem a Região Metropolitana de Belo Horizonte. A partir de agora, as captações nos três reservatórios do Sistema Paraopeba (Rio Manso, Vargem das Flores e Serra Azul) deverão ser reduzidas em 20% para abastecimento humano e animal, em 25% para a irrigação, 30% para a indústria e mineração e 50% para outros usos. Simulações de consumo feitas pela Copasa apontaram que o Sistema Paraopeba não chegaria ao fim da estação seca, em setembro, atendendo a até 70% das outorgas existentes. A restrição entrou em vigor com as portarias 13,14 e 15, publicadas no Diário Oficial de Minas Gerais, no dia 9 de abril. De acordo com a Copasa, o abastecimento não sofrerá alteração e as ações de contingenciamento, como sobretaxa, rodízio e racionamento, só serão adotadas em caso de extrema necessidade.

Força Tarefa quer agilizar decisões ambientais

No dia 30 de março, o decreto do governador Fernando Pimentel, Nº 46.733, criou uma força tarefa para analisar e propor alterações no Sistema Estadual de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Sisema). A ideia é levantar o funcionamento dos procedimentos administrativos, as rotinas de concessão de licenças e outorgas e propor intervenções visando a eficiência das ações de preservação, recuperação e conservação do meio ambiente. Além da Semad, integram a força tarefa as secretarias de Governo (Segov), Planejamento e Gestão (Seplag), Fazenda (SEF), Transportes de Obras (Setop), Cemig, Copasa, Codemig e outros. O decreto determina que a força tarefa atue de forma articulada com o Conselho Estadual de Política Ambiental (Copam) e que os órgãos da administração direta e indireta apoiem as ações, priorizando informações e disponibilizando técnicos e gestores necessários ao trabalho. A partir do decreto, serão dez dias para o diagnóstico, 90 dias para demais fases e o relatório final encaminhado ao governador. Acesse: www.abes-mg.org.br